




MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
GABINETE DO COMANDANTE

Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2024) à Informação n.º CMDPESS-GABAGE.RAAD-2024-I-004030, Proc.º 00.450, de 01 de fevereiro de 2024

PLANO DE AUDITORIAS DE 2024


QUADRO 01 – PLANO DE AUDITORIAS (OBJETIVO GERAL) – 2024

AUDITORIA	OBJETIVO GERAL
Averbamento de medidas e processamento de suplemento de missão	Avaliar a conformidade legal, adequação e acessibilidade da regulamentação interna e apreciar a eficácia e eficiência do averbamento de medidas e a conformidade do processamento de suplemento de missão.
Cálculo da remuneração de reserva	Avaliar a conformidade legal, adequação e acessibilidade da regulamentação interna e apreciar a conformidade do cálculo da remuneração de reserva.
Processamento do subsídio de férias	Avaliar a conformidade legal, adequação e acessibilidade da regulamentação interna e apreciar a conformidade do processamento do subsídio de férias.
Alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e atribuição de prémios de desempenho	Avaliar a conformidade legal, adequação e acessibilidade da regulamentação interna e apreciar a eficácia e eficiência do processo de alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e conformidade do processamento de prémios de desempenho.

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DO PESSOAL	Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2024) à Informação n.º CMDPESS-GABAGE.RAAD-2024-I-004030, Proc. 00.450, de 01 de fevereiro de 2024	Folha 2 de 3
--	--	--------------

QUADRO 02 – PLANO DE AUDITORIAS (OBJETIVOS ESPECIFICOS) – 2024

AUDITORIA	OBJETIVOS ESPECIFICOS
Averbamento de medidas e processamento de suplemento de missão	<ul style="list-style-type: none">– Analisar e identificar possíveis riscos de conformidade legal na interpretação da lei, expressa nos normativos internos e na prática de atos, designadamente relacionados com o reconhecimento ao direito ao suplemento de missão aos militares que participam em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) e em missões de Cooperação Técnico-Militar (CTM) no estrangeiro.– Analisar e identificar riscos que põem em causa a economia, a eficiência e a eficácia processual do suplemento de missão, designadamente relacionados com a excessiva burocracia, dispersão, desatualização, falta de publicidade dos normativos internos relativos ao processamento, registo das medidas em SIGDN-RHV e solicitação atempada da regularização do suplemento de missão de forma a evitar o processamento de abonos indevidos.
Cálculo da remuneração de reserva	<ul style="list-style-type: none">– Analisar e identificar possíveis riscos de conformidade legal na interpretação da lei, expressa nos normativos internos e na prática de atos, designadamente relacionados com o cálculo da remuneração de reserva (fora da efetividade de serviço).– Analisar e identificar riscos que põem em causa a economia, a eficiência e a eficácia processual do cálculo da remuneração de reserva, designadamente relacionados com a excessiva burocracia, dispersão, desatualização, falta de publicidade dos normativos internos relativos ao processamento, aos registos de tempos de suplementos/gratificações, ao averbamento de ausências/licenças/medidas que influenciam o cálculo dos tempos de serviço e à utilização dos programas de cálculo automático disponibilizados em SIGDN-RHV.

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS COMANDO DO PESSOAL	Anexo D (PLANO DE AUDITORIAS PARA O ANO DE 2024) à Informação n.º CMDPESS-GABAGE.RAAD-2024-I-004030, Proc. 00.450, de 01 de fevereiro de 2024	Folha 3 de 3
--	--	--------------

AUDITORIA	OBJETIVOS ESPECIFICOS
Processamento do subsídio de férias	<ul style="list-style-type: none">– Analisar e identificar possíveis riscos de conformidade legal na interpretação da lei, expressa nos normativos internos e na prática de atos, designadamente relacionados com o direito a férias e a subsídio de férias, nas situações de ingresso e interrupção de funções, quer para militares quer para trabalhadores civis.– Analisar e identificar riscos que poem em causa a economia, a eficiência e a eficácia do processamento do subsídio de férias, designadamente relacionados com a excessiva burocracia, dispersão, desatualização e falta de publicidade dos normativos internos que materializem as ações a desenvolver em SIGDN-RHV (carregamento/validação de contingentes de férias e informação para processamento).
Alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e atribuição de prémios de desempenho	<ul style="list-style-type: none">– Analisar e identificar possíveis riscos de conformidade legal na interpretação da lei, expressa nos normativos internos e na prática de atos, designadamente relacionados com o reconhecimento do direito à progressão gestionária e o reconhecimento ao prémio de desempenho.– Analisar e identificar riscos que poem em causa a economia, a eficiência e a eficácia processual para a progressão gestionária e o processamento do prémio de desempenho, designadamente relacionados com a excessiva burocracia e complexidade do processo, dispersão, desatualização e falta de publicidade dos normativos internos relativos à sua tramitação.